

Votação da PEC da Transição na Câmara dos Deputados amanhã é prova de fogo para o presidente eleito, que terá de negociar ministérios para garantir aprovação da proposta

SEMANA DECISIVA PARA AS PRETENSÕES DE LULA

GUILHERME PEIXOTO E INGRID SOARES

Antes das comemorações de Natal, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enfrenta, a partir de hoje, semana decisiva de votações no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal. Uma das frentes de atenção da equipe do petista está voltada à Câmara dos Deputados, que deve analisar, amanhã, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição. O texto é visto como saída para garantir, fora do teto de gastos, os recursos necessários para bancar os pagamentos mensais de R\$ 600 do Bolsa Família — acrescidos a R\$ 150 por crianças de até seis anos.

Paralelamente, deputados federais e senadores aguardam o desfecho do julgamento, no Supremo Tribunal Federal (STF), sobre a legalidade do orçamento secreto. A decisão ficou para hoje, após os ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes pedirem tempo para analisar o tema. Na semana passada, cinco magistrados votaram pela inconstitucionalidade das chamadas emendas de relator; outros quatro votaram a favor dos repasses, desde que com mais transparência.

Ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se encontrou com Lula na capital federal para tratar da transmissão da proposta. Antecipadamente, o presidente eleito já havia debatido o assunto com o relator da matéria, Elmar Nascimento (União Brasil-BA). Hoje, muitos deputados federais e senadores vão estar fora de Brasília (DF), pois há diplomações marcadas por alguns Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) — inclusive em Minas Gerais.

Essa foi a terceira vez que Lula esteve com o presidente da Câmara dos Deputados. Após a conversa que durou cerca de duas horas, o petista e Lira também discutiram a respeito dos



O presidente eleito negocia com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a aprovação da medida para pagar o Bolsa Família

ministérios, uma vez que há o desejo de compor a Esplanada de Lula com chefia na pasta da Saúde. No entanto, Lula tem como preferência a presidente da Fiocruz, Nise da Silveira. Outras pastas estão sendo estudadas, como a de Desenvolvimento Regional e Minas e Energia. Ainda não há consenso sobre o assunto.

Depois do aval do Senado à PEC da Transição, a mudança constitucional travou na Câmara dos Deputados. "Nós vamos utilizar o Plenário da Câmara dos

Deputados na terça o dia todo com a pauta da PEC da Transição", prometeu Lira, no fim da semana passada. Um dos entraves diz respeito ao período em que o governo poderá "driblar" o teto de gastos para arcar com benefícios sociais. O texto chegou à Casa prevendo dois anos de exceção, mas há parlamentares que desejam diminuir o tempo da regra para um ano — aliados de Lula, inicialmente, tentaram articular por uma norma válida por quatro anos.

Lira e os líderes dos partidos com representação na Câmara têm debatido as bases do texto da PEC. Para aprovar a proposta, o novo governo precisa do apoio de 308 dos 513 deputados federais. Nos cálculos do PT, o partido possui entre 245 e 250 votos para aprovar o projeto. Com o embarque de Lira nas articulações pró-PEC, há quem espere mais 80 votos, chegando, assim, a uma margem próxima a 340 parlamentares. Neste momento, as bases que vão

ser avaliadas em plenário preveem aumento de R\$ 145 bilhões da permissão para gastos. Há, também, dispositivo autorizando mais R\$ 23 bilhões em investimentos fora do teto.

INTERLOCUÇÃO Um dos interlocutores sentado à mesa de negociações que busca atrair adesões à PEC é o deputado federal mineiro Reginaldo Lopes, líder do PT na Câmara. "Compreendemos que é necessário concluir mais convergência, porque essa

PEC é fundamental para o povo brasileiro. Queremos convencer os demais líderes da importância da aprovação dessa emenda constitucional", disse. Vale lembrar que, no Senado, a PEC também teve participação ativa de políticos de Minas: isso porque Alexandre Silveira (PSD) foi o relator do texto na Comissão de Constituição e Justiça e a votação final na Casa foi conduzida pelo presidente Rodrigo Pacheco, também do PSD.

A tendência é que o novo organograma da Esplanada dos Ministérios seja divulgado no início da semana. No sábado, o futuro ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), afirmou que Lula deve "diluir", ao longo dos próximos dias, o anúncio de mais alguns dos 37 titulares dos ministérios de Estado. "Não haverá criação de cargos. Os cargos serão distribuídos", explicou Costa, ainda cumprindo mandato como governador baiano. "É trocar o pneu da bicicleta com ela andando, fazendo tudo ao mesmo tempo. Um trabalho de reconstrução", pontuou.

Em meio à montagem do novo governo, a equipe econômica de Lula, chefiada pelo futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), espera as bases do orçamento-geral da União para 2023. A votação do texto que vai nortear a postura fiscal do Palácio do Planalto no próximo ano deve ocorrer na quarta-feira, na Câmara, no último ato antes do recesso, que terá início no dia 23. Caso o texto seja alterado para vigência de um ano, essa mudança obrigaria que a proposta voltasse ao Senado. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que, se necessário, convocaria nova sessão já na noite de terça. Mas nova votação reabriria as negociações com os senadores às vésperas do recesso.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 3